



Senado Federal

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 10/3/2002

CARGO:

CONSULTOR LEGISLATIVO

ÁREA 14 – ECONOMIA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

CADERNO DE PROVA:

SEGUNDA ETAPA – PARTE II

CEspe
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 10/3/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

ÁREA 14 – ECONOMIA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno contém a prova discursiva da Segunda Etapa — Parte II e seis páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho ou para texto definitivo.
- 7 A prova terá a duração de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos definitivos para as respectivas folhas.
- 8 Ao terminar a prova, o candidato deve chamar o fiscal mais próximo e devolver-lhe todas as folhas de textos definitivos, receber o seu documento de identidade e deixar o local de prova.
- 9 Será anulado o texto definitivo que for escrito a lápis ou tiver identificação fora do local apropriado.
- 10 A prova será anulada se o candidato devolver as folhas de textos definitivos destacadas ou rasgadas.

AGENDA

- I **2/4/2002** – Data provável da divulgação, no Diário Oficial, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília —, do resultado provisório das provas discursivas.
- II **3 e 4/4/2002** – Recebimento de recursos, exclusivamente nos locais que serão informados quando da divulgação do resultado provisório das provas discursivas.
- III **16/4/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas discursivas e da convocação para a avaliação de títulos.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)–61–448–0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 10/3/2002

Cargo: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

ÁREA 14 – ECONOMIA DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

SEGUNDA ETAPA – PARTE II – PROVA DISCURSIVA

Nos textos a seguir, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS da prova discursiva, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados textos escritos em locais indevidos**. Obedeça, em cada um, os limites de extensão determinados. Qualquer texto com extensão além da mínima estabelecida será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Texto 5 – Parecer

No Brasil, uma das formas de intervenção do governo no mercado de trabalho ocorre mediante a implementação de uma política de salário mínimo. A justificativa para tal baseia-se na percepção de que essa intervenção promove a equidade distributiva e a melhoria no nível de bem-estar da sociedade. No entanto, ainda não há consenso sobre qual seria o resultado final dessa política. A grande maioria dos estudos fundamenta-se em análises de equilíbrio parcial, que levam em consideração apenas alguns mecanismos de transmissão do efeito do salário mínimo sobre a pobreza. Seria a remuneração do trabalhador afetada pela política de salário mínimo? Qual é o efeito final dessa política sobre o nível de pobreza? A política de salário mínimo pode ser considerada um instrumento efetivo para a distribuição de renda? Essas são questões que ainda carecem de respostas convincentes.

Além disso, existem outros efeitos indiretos que podem surgir em função de mudanças na política de salário mínimo, como a demanda por bens e serviços, que pode vir a ser afetada, provocando impacto tanto no nível de preços como nas quantidades consumidas; a demanda por trabalhadores, que pode ser alterada, causando impacto importante sobre o nível de emprego; e as contas públicas, que também podem ser afetadas, já que há transferências do governo indexadas ao valor do salário mínimo.

Com base no texto acima, redija um parecer, fundamentado nos princípios conceituais e legais pertinentes, que responda justificadamente, da forma mais completa possível, aos seguintes tópicos.

- ▶ Como se caracteriza o debate recente acerca da política de salário mínimo?
- ▶ A evolução recente da política de salário mínimo tem apresentado impacto significativo no nível de bem-estar da sociedade?
- ▶ Existem características específicas do mercado de trabalho brasileiro que facilitam ou dificultam a consecução dos objetivos colimados pela política de salário mínimo? Em caso afirmativo, qual(is)?
- ▶ Existe(m) modificação(ões) na atual política de salário mínimo que poderia(m) torná-la mais efetiva? Em caso afirmativo, qual(is)?
- ▶ O texto sugere que a política de salário mínimo afeta as contas públicas. Isso é verdade? Em caso afirmativo, como isso ocorre? Esse efeito é significativo?

(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)

(valor: vinte pontos)

RASCUNHO PARA O TEXTO 5 – 1 / 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO PARA O TEXTO 5 – 2 / 3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO PARA O TEXTO 5 – 3 / 3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Texto 6 – Questão dissertativa

A extensão dos benefícios da previdência rural foi um dos principais fatores responsáveis pelo grande salto no número de pensionistas, que aumentou de 9,7 milhões em 1988 para estimados 16 milhões em 1999. Como resultado, a despesa pulou de 2,5% do PIB em 1988 para aproximadamente 6% em 1998/1999, o que não foi acompanhado, entretanto, por medidas para aumentar as receitas.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo que esclareça os seguintes questionamentos.

- ▶ Caracterize, de forma clara e sucinta, a previdência rural. Liste os principais argumentos que justificam sua existência e posicione-se — pró ou contra —, de modo justificado, acerca de cada um deles.
- ▶ A previdência rural, como sugere o texto acima, teve um impacto extremamente importante nas finanças públicas? Por quê? Existem outras mudanças recentes que tenham causado impacto, positivo ou negativo, nas finanças previdenciárias? Em caso afirmativo, qual(is)?
- ▶ Que mudanças na legislação ou na organização previdenciária poderiam contribuir para a sustentabilidade do atual sistema, sem prejuízo do compromisso com a equidade distributiva? Há perspectiva de que algumas dessas medidas sejam implementadas? Por quê?

(extensão: mínima de 70 e máxima de 90 linhas)

(valor: vinte pontos)

RASCUNHO PARA O TEXTO 6 – 1 / 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO PARA O TEXTO 6 – 2 / 3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO PARA O TEXTO 6 – 3 / 3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	